

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RONALDO SOARES MARQUES

**A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL NO ESPAÇO URBANO EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES – RJ**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado à
Universidade Federal
Fluminense como requisito
parcial para a obtenção do
grau Bacharel em
Geografia.

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a.
Silvana Cristina da Silva.

CO-ORIENTADORA: Prof^a.
Ms^a. Vera Cristina Soares
Lopes

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2018

RONALDO SOARES MARQUES

**A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO
ESPAÇO URBANO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado à
Universidade Federal
Fluminense como requisito
parcial para a obtenção do
grau Bacharel em
Geografia.

Aprovado em 09 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Silvana Cristina da Silva (orientadora)
UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof.^a. Ms.^a. Vera Cristina Soares Lopes (co-orientadora)
UFF - UFF – Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Erika Vanessa Moreira Santos
UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Ms. Diogo Jordão Silva
Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e coragem, que apesar de todas as barreiras na vida acadêmica cheguei até aqui.

Agradeço também os meus pais e minha irmã Maria Rosilene por entenderem a minha ausência, devido a minha dedicação aos estudos.

Agradeço a minha esposa Paula Carneiro, pois sempre me incentivou e me deu força para que eu pudesse prosseguir nos estudos.

Agradeço também as duas grandes amigas, Paula Cavalcanti e Priscila Wilker que muito fizeram para que eu pudesse concluir o ensino médio. Estas duas amigas muitas das vezes tinham que adaptar os materiais, ou até mesmo me receber em suas casas, para dar-me explicações de conteúdos que eu tinha dificuldade na escola.

Agradeço ao meu primo que é professor de matemática, José Flávio Soares, pois mesmo diante de sua rotina diária, ele sempre arrumava tempo para me ensinar conteúdos que eu tinha dificuldade, e sempre quando precisava fazer inscrição em algum vestibular ele estava ali sempre predisposto a me ajudar nesta caminhada.

Agradeço a minha professora e orientadora Silvana Silva que sempre acreditou em mim, mesmo em momentos difíceis sempre estava ali me dando força e me incentivando a ir em frente.

Agradeço a Camilla Leal por todo suporte dado no período que estava fazendo meu TCC, igualmente agradeço à Layla e Thaianne pelo suporte durante a aplicação aos questionários e o trabalho de campo. Agradeço ao Antônio Ivo pelo suporte dado na monografia, especialmente na finalização da versão final e também pelas monitorias dadas ao longo do curso. Agradeço aos coordenadores e professores Eduardo Manuel Rosa Bulhões e Claudio Henrique Reis, pois sempre estiveram à disposição quando precisei de qualquer tipo de auxílio ao longo do curso de bacharelado em Geografia na UFF.

Agradeço a todos do educandário São José Operário que me receberam com muito carinho e muito contribuíram na minha pesquisa. Cabe um agradecimento nominal à Maria Tereza, ao Raul, João José, e Cristina (*in memoriam*), por não terem medido esforços para a realização da pesquisa.

Agradeço também o meu grande amigo, Pedro Henrique Pereira, assim como sua mãe Maria Carmozita que sempre me deram muito apoio e me acolheram em sua casa quando precisei.

Agradeço pela minha co-orientadora, Vera Cristina, que desde o começo do curso, sempre atuou para que eu tivesse acesso aos materiais de uma forma acessível, contribuindo de forma direta para a minha formação nesta universidade.

Agradeço também a Mary e Tereza Soares que me acolheram como um filho em sua república logo que tive de vir para cá quando iniciei minha graduação.

MARQUES, Ronaldo Soares. **A acessibilidade de pessoas com deficiência visual no espaço urbano em Campos dos Goytacazes – RJ**. 2018. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

RESUMO

O município de Campos dos Goytacazes, conhecido pela pujança econômica no período do apogeu da cana de açúcar e, atualmente pelas compensações financeiras decorrentes dos royalties e participações especiais da extração de petróleo na Bacia de Campos, já passou por diversas reformas em seu espaço urbano, sobretudo em seu centro urbano. Dentre estas, as denominadas “revitalizações” do centro histórico que trouxeram algumas melhorias como: implantação de drenagem, pavimentação de ruas e embelezamento paisagístico. Implantaram também em sua infraestrutura urbana equipamentos que auxiliam as pessoas com algum tipo de deficiência a se deslocarem pela região central de forma mais autônoma. Entretanto, o presente autor, na condição de pessoa com deficiência visual, avalia que as transformações foram pouco expressivas para dar mais autonomia e segurança às pessoas com deficiência visual que trafegam pelas ruas do centro. Neste contexto, buscamos entender como se dá a acessibilidade e mobilidade das pessoas com deficiência visual pelas ruas do centro, analisando se a infraestrutura implantada é realmente adequada para este grupo, de forma que a pessoa com deficiência visual possa trafegar de maneira segura e com total autonomia pelas ruas, chegando facilmente aos serviços oferecidos na região central, como: bancos, lojas, supermercados, dentre outros. A pesquisa embasou-se teoricamente em algumas bibliografias sobre o assunto, com intuito de esclarecer para o leitor os conceitos de espaço urbano, mobilidade, acessibilidade e pessoa com deficiência. Também como metodologia, realizamos um trabalho de campo na região central para ver na realidade se as infraestruturas implantadas nas reformas urbanas recentes do centro histórico são de fato usuais para o grupo de pessoas com deficiência visual. Além disso, foram realizadas entrevistas com profissionais que atendem pessoas com deficiência visual no educandário São José Operário. Por fim, aplicamos roteiros de entrevistas, com propósito de compreender o dia a dia da pessoa com deficiência visual no espaço urbano, a fim de saber quais as suas dificuldades ao se deslocar pela região central e buscando sugestões de melhorias e adequações, pontuando, sobretudo, os problemas e mudanças a serem feitas na instalação dos equipamentos de acessibilidade, com intuito de tornar a cidade cada vez mais acessível para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência visual.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência; Acessibilidade; Mobilidade; Espaço Urbano.

ABSTRACT

The municipality of Campos dos Goytacazes, known for its economic boom during the peak sugarcane period, and nowadays for the financial compensation of the royalties and special participation of oil extraction in the Campos Basin, has undergone several reforms in its urban space, especially in its urban center. Among these, the so-called "revitalizations" of the historic center that have brought some improvements such as: drainage deployment, street paving and landscape beautification. They also implanted in their urban infrastructure equipment that helps people with some type of disability to move through the central region in a more independent way. However, the present author, as a visually impaired person, considers that the transformations were not very expressive in order to give more autonomy and security to the visually impaired people who travel through the streets of the center. In this context, we seek to understand how the accessibility and mobility of people with visual impairment are given through the streets of the center, analyzing whether the implanted infrastructure is really adequate for this group, so that the visually impaired person can travel safely and with total autonomy through the streets, easily reaching the services offered in the central region, such as banks, shops, supermarkets, among others. The research was theoretically based on some bibliographies on the subject, in order to clarify for the reader the concepts of urban space, mobility, accessibility and people with disabilities. Also as a methodology, we carried out field work in the central region to see if the infrastructures implanted in the recent urban reforms of the historic center are actually common for the visually impaired. In addition, interviews were conducted with professionals who attend people with visual impairment in the São José Operário educational center. Finally, we apply interview scripts to understand the daily life of the visually impaired person in the urban space, in order to know their difficulties when moving through the central region and seeking suggestions for improvements and adequations, punctuating, above all, the problems and changes to be made in the installation of accessibility equipment, in order to make the city increasingly accessible for people who have some type of visual impairment.

Key words: Disabled Person; Accessibility; Mobility; Urban Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reforma em processo no Centro de Campos dos Goytacazes.....	3
Figura 2 – Reforma concluída no Centro de Campos dos Goytacazes.	3
Figura 3 - Ilustração do retrato de Valentin Haüy.....	15
Figura 4 - Fachada do Instituto de Jovens Cegos de Paris.....	16
Figura 5 - Busto do Louis Braille.....	17
Figura 6 – Sistema do Alfabeto Braille.....	17
Figura 7 - Instituto Benjamin Constant.....	18
Figura 8 - Ilustração do retrato de José Álvares de Azevedo.....	19
Figura 9 – Delimitação do Centro de Campos dos Goytacazes.	29
Figura 10 - Trajeto do trabalho de campo no Centro de Campos dos Goytacazes.	31
Figura 11 - Participantes do Trabalho de Campo: Ronaldo Marques, Ocimar Rodrigues, João José e Lázaro Gomes Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.	32
Figura 12 - João José caminhando no piso tátil sendo atrapalhado por poste e placa - Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.....	33
Figura 13 - Lázaro Gomes se deparando com o poste no meio do piso tátil e orelhão no meio da calçada - Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.	34
Figura 14 - Ocimar Rodrigues tentando atravessar a avenida XV de Novembro sem o auxílio do sinal sonoro - Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.....	35
Figura 15 - Buraco sobre a calçada - Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.....	36
Figura 16 - Ronaldo Marques e João José tendo dificuldades na locomoção no centro da cidade - Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.....	36
Figura 17 - Inexistência de sinal sonoro e de piso tátil nas vias de grande fluxo	39
Figura 18 - Obstáculos na calçada	39
Figura 19 - Falta de manutenção do piso tátil	40
Figura 20 - "Hábito" de estacionar carro sobre a calçada	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O ESPAÇO URBANO	9
2. O PERCURSO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA SOCIEDADE E A LUTA PARA SUA INCLUSÃO	14
3. MOBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DO SÃO JOSÉ OPERÁRIO, “UM EDUCANDÁRIO PARA CEGOS” EM CAMPOS DOS GOYTACAZES ..	22
3.1 Conhecendo os frequentadores do São José Operário	25
4. MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO CENTRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
APÊNDICE I: Roteiro do questionário aplicado aos alunos com deficiência visual da Instituição São José Operário.....	47
APÊNDICE II: Roteiro de entrevista para professora de orientação e mobilidade do Instituto São José Operário.....	50
APÊNDICE III – Autorizações para uso das informações (imagens, áudios, vídeos) obtidas na pesquisa	51

INTRODUÇÃO

Localizada ao norte do Estado do Rio de Janeiro, a cidade de Campos dos Goytacazes é conhecida pelo seu importante papel exercido durante o período açucareiro, uma vez que era responsável por abrigar muitos engenhos, que depois foram modernizados e se transformaram em usinas.

Campos dos Goytacazes esteve envolvido na promessa de um desenvolvimento e prosperidade. Durante as três primeiras décadas do século XX chegou ao auge com a produção do açúcar e se destacou nacionalmente. Entretanto, houve a falência dos engenhos de açúcar em 1940, com momentos de recuperação e decadência derradeira nas décadas de 1980 e 1990.

Rodrigues (2016) nos explica com mais detalhes sobre o ocorrido. Segundo o autor, podemos conceituar que as primeiras atividades realizadas na região Norte Fluminense se deram no ano de 1538 com a extração de madeira e o cultivo de cana-de-açúcar na foz do Rio Itabapoana e do Rio Paraíba do Sul.

A consolidação do Rio de Janeiro como capital no período pós 1808 está diretamente relacionada com o desenvolvimento da economia açucareira-escravista no território campista (Rodrigues, 2016). Aproximadamente 90% do açúcar em 1855 no mercado da capital eram provenientes da planície Goitacá. Tal situação serviu de gatilho para o desenvolvimento e expansão do final do século XVIII e início do século XIX.

A importância para o Rio de Janeiro faz com que Campos se torne centro regional, devido à expansão da produção e do comércio, com uma vasta extensão de terras, muitos engenhos, muitos escravos e um amplo setor de subsistência (...). (SILVA; MOTA, 2004; PEREIRA, 2012 apud RODRIGUES, 2016, p. 27).

Sabe-se também que:

A partir de 1820, passam a sobreviver apenas os engenhos com recursos e reservas necessários para a modernização, que vai desde máquinas a escravos. O que se percebe no período é que a grande quantidade de engenhocas em minifúndios vai desaparecendo, ao mesmo tempo em que os modernos engenhos a vapor nasciam. (SILVA; MOTA, 2004 apud RODRIGUES, 2016, p. 27).

O século XX se deu por um processo contínuo de modernização em que ocorrerão concentração e fechamento de engenhos e usinas menores, em detrimento das grandes usinas (RODRIGUES, 2016). Mudanças de donos, vendas, falências e incorporações marcam o setor sucroalcooleiro campista que vive em ciclos de crise e expansão, gerando uma nova

configuração econômica da cana-de-açúcar na planície Goytacá neste contexto histórico (Rodrigues, 2016).

Por fim, já próximo a meados do século XX, Rodrigues (2016, p. 62) aponta que:

A crise de 1929 atinge o setor. Campos, que na época era o maior produtor de açúcar nacional, sentiu uma crise aguda devido à grande baixa do preço do açúcar. O mercado nacional foi inundado do açúcar nordestino que historicamente era exportado, diferente do açúcar campista que atendia o mercado nacional. O setor campista acumulou falências e concordatas, chegando ao quantitativo de 21 usinas em 1933.

Nesta conjuntura sócio-histórica-espacial, outra fonte de subsistência econômica surgia na Planície Goytacá. Atualmente, Campos é conhecida como “A Terra do Petróleo”, pois possui grandes reservas *offshore* na sua Bacia de Campos:

No ano de 1978 iniciou-se uma nova atividade econômica graças à descoberta do petróleo, e conseqüentemente o *boom* da indústria petrolífera, porém a cidade perdeu sua posição de destaque para a cidade vizinha, Macaé, que passou a vivenciar o crescimento (PIMENTEL, 2016, p. 3).

Entretanto, Campos dos Goytacazes continua recebendo volumosos royalties e participações especiais, pelo fato do petróleo ser extraído na Bacia de Campos. Para Pimentel (2016, p. 3), “o Royalty é um recurso financeiro destinado aos municípios que possuem plataformas marítimas em operação e tem objetivo compensatório já que se trata de um recurso esgotável e de impacto ambiental”.

Embora Campos ao longo dos anos tenha recebido muitos recursos financeiros provenientes da receita dos royalties do Petróleo, pouco foi investido pelo poder público para que a cidade se tornasse acessível para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Houve alguns investimentos na infraestrutura da área central, como por exemplo, a recente reforma de seu centro histórico, realizada na gestão da prefeita Rosa Matheus Garotinho (2012-2016), conforme ilustrado nas figuras da página subsequente (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Reforma em processo no Centro de Campos dos Goytacazes.



Fonte: Divulgação/Secom/PMCG 16/03/15

Figura 2 – Reforma concluída no Centro de Campos dos Goytacazes.



Fonte: Disponível em <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=28440>.

Assim, devido a essa reforma e aos serviços que esta área central oferece, delimitamos esta área por recorte espacial a ser utilizado no trabalho. Cabe destacar que, apesar de terem ocorrido outras reformas anteriores no centro da cidade de Campos, foi nesta última que implementaram algumas melhorias no que diz respeito à mobilidade e acessibilidade de pessoas com deficiência. No entanto, as implementações de tais recursos de acessibilidade não foram instaladas de forma adequada.

Desta forma, o objetivo presente trabalho foi buscar compreender as diversas dificuldades pelas quais as pessoas com deficiência visual perpassam ao se locomover pelo centro da cidade de Campos dos Goytacazes, apresentando ainda as condições atuais, desde a acessibilidade presente nas ruas até o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo centro da cidade, como o acesso aos bancos, aos supermercados, às lojas, dentre outros. Em outras palavras, essa pesquisa procurou analisar as recentes renovações urbanas do centro de Campos dos Goytacazes com relação à acessibilidade e, por fim, apontar as necessidades de infraestrutura da área central para o grupo analisado.

Para um melhor entendimento do trabalho, apontamos primeiramente os conceitos chave trabalhados, como: acessibilidade, mobilidade, espaço urbano e pessoa com deficiência.

De acordo com Corrêa (2003), espaço urbano seria um espaço fragmentado e também articulado. O autor ressalta que tal fragmentação acontece devido aos diferentes usos do solo, de modo que a influência de determinados grupos sociais irão determinar sua forma e conteúdo. Com isso, o espaço urbano também acaba se tornando fragmentado no campo econômico e também no campo social. Ao mesmo tempo em que este espaço urbano é fragmentado, ele é simultaneamente articulado por conta dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações, decisões, dentre outros. “No capitalismo manifesta-se através de relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital; mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia em sua dimensão espacial” (CORRÊA, 2003, p. 8).

Conforme o exposto acima, podemos constatar que o fluxo de pessoas é de extrema importância para a articulação do espaço urbano, uma vez que estes deslocamentos sejam eles a pé por calçadas, em veículos por meio de avenidas ou ruas, ou em transportes públicos, que permitem que o cidadão possa ir de seu ponto de partida a outras áreas da cidade. Entretanto, esse deslocamento dentro do espaço urbano não é tão simples, mas para tratarmos deste assunto, é necessária a discussão a partir dos conceitos de mobilidade, pois a mobilidade depende de um espaço acessível, daí a razão de esses conceitos estarem atrelados.

A mobilidade urbana pode ser compreendida como a facilidade de deslocamento das pessoas na cidade, utilizando diferentes meios, vias e toda a infraestrutura urbana. Uma cidade com boa mobilidade urbana é a que proporciona às pessoas deslocamento confortável e seguro num tempo razoável (ALMEIDA, GIACOMINI e BORTOLUZZI, 2013, p.4).

A partir da dinâmica do espaço urbano de Campos dos Goytacazes e a acessibilidade necessária para o fluxo de pessoas, verifica-se que há dificuldades de locomoção pelos obstáculos incorporados no espaço urbano, e assim, resultando hoje em um local de difícil mobilidade para pessoas com deficiência. Para pensar a mobilidade, portanto, é preciso "pensar sobre como organizar os usos e a ocupação da cidade e a melhor forma de garantir o acesso das pessoas e bens ao que a cidade oferece, e não apenas pensar os meios de transporte e trânsito" (SANTO e VAZ, 2005 *apud* ALMEIDA, GIACOMINI e BORTOLUZZI, 2013, p.5).

Em consonância com o que foi dito acima, podemos afirmar que a acessibilidade está diretamente ligada à mobilidade, uma vez que para se ter mobilidade no espaço urbano deve-se também assegurar as condições materiais para que tal ato se concretize, ou seja, deve-se pensar em uma infraestrutura urbana dotada de um mobiliário adequado, no qual os deslocamentos possam ocorrer de forma segura e confortável. Sabemos que a discussão de mobilidade e acessibilidade vai muito além da questão de deslocamento. Todavia, entendemos que esta abordagem já é suficiente para responder os nossos questionamentos sobre acessibilidade das pessoas com deficiência no espaço urbano, tomando por base o que diz a Lei Nº 13.146/15 (Brasil, 2015), onde esta, em seu capítulo I art. 3º, define acessibilidade como:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, Lei Nº 13.146/15).

Antes de decorrer sobre o conceito de pessoa com deficiência achamos importante conceituar o que seria o caso das pessoas com mobilidade reduzida, pois estas também são diretamente afetadas pelos problemas de infraestrutura urbana presentes no centro do município, e assim como as pessoas com deficiência, estas também possuem os seus direitos assegurados.

Na referida lei, seu capítulo I art. 3º conceitua da seguinte maneira:

IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (BRASIL, 2015, Lei Nº 13.146/15).

Compreendemos como pessoa com deficiência visual conforme a definição de Lopes (2015). Para a autora, as pessoas com deficiência visual compõem-se pelo grupo de pessoas que são cegas e aquelas que possuem baixa visão. Tal deficiência pode ser adquirida de diferentes maneiras como, por exemplo, através de um caráter genético, congênito, adquirido ou degenerativo. Uma das principais causas para a perda de visão é a retinopatia da prematuridade, que por conta de partos prematuros, a retina fica imatura, não sendo completamente formada. Outra causa bastante decorrente é catarata congênita, proveniente de infecções adquiridas dentro do útero durante a formação do feto ou por ocorrência de rubéola. Além desses fatores, outra causa que pode ser citada é o glaucoma congênito, que pode ter origem genética ou ser proveniente de infecções (MAIOLA; SILVEIRA, 2009 apud LOPES, 2015, p. 19). Como veremos, as condições ambientais também criam fatores que sujeitam a população à aquisição da cegueira, pois uma parte significativa dos entrevistados durante a pesquisa não nasceram com a deficiência visual.

A presente pesquisa foi realizada respeitando o *lugar de fala* da pessoa com deficiência visual em uma tentativa de analisar a mobilidade e acessibilidade do espaço urbano do centro da cidade de Campos dos Goytacazes voltada para esse público. Nesse contexto, contrariando a visão dominante na academia sobre a impessoalidade do trabalho científico, o autor pede licença para falar em primeira pessoa em alguns momentos desse texto por apresentar deficiência visual desde nascença, decorrente de um quadro clínico de retinose aonde o paciente vai perdendo a visão de forma gradual. Vale destacar que grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre mobilidade urbana e acessibilidade coloca a pessoa com deficiência visual como objeto a ser pesquisado, mas não como autores das pesquisas. O trabalho apresenta situações vivenciadas pelo autor e por outros deficientes visuais que participaram da pesquisa, assim contribuindo com a reflexão das questões analisadas.

Eu, Ronaldo, já nasci com a deficiência visual por conta de minha mãe já possuir o quadro clínico da Retinose Pigmentar, pois esta doença tem grandes probabilidades de ser passada geneticamente de pais para filhos.

O termo Retinose Pigmentar, ou Retinite Pigmentosa, refere-se a um conjunto de doenças hereditárias que causam degeneração na retina, região do fundo do olho. É na retina que as imagens são capturadas a partir do campo visual. A retinose pigmentar afeta primeiramente os fotorreceptores (células sensíveis à luz) responsáveis pela visão periférica e noturna. Devido à doença, estas células - bastonetes e cones - começam a se degenerar, sofrem atrofia e morrem. A doença se manifesta geralmente em adultos jovens e adolescentes, mas pode também ser diagnosticada na infância, como a amaurose congênita de Leber (forma precoce e grave da doença). (MARTINHAGO, 2018, página da web).

Durante a infância eu possuía baixa visão durante o dia, mas já naquela época eu não conseguia enxergar no período da noite. Desta forma, eu trabalhava os outros sentidos como tato, olfato, paladar e audição para localizar e identificar coisas. Foi durante a adolescência que a doença se agravou, ocasionando à perda da visão, restando-me somente a percepção de luminosidade e vultos. Atualmente estou com 31 anos de idade e já consigo desempenhar bem as tarefas do dia a dia, mesmo sem o uso da visão.

O trabalho foi realizado utilizando a seguinte metodologia: levantamento bibliográfico sobre o tema, incluindo a legislação; leituras das bibliografias selecionadas; realização de entrevistas realizadas no Instituto São José Operário – foram 32 entrevistas com pessoas com deficiência visual, além da coordenadora da instituição e profissionais envolvidos, realizados durante o segundo semestre de 2017; foi efetuado ainda um trabalho de campo com mais três pessoas com deficiência visual no centro da cidade de Campos dos Goytacazes. A seleção dos participantes se deu pela disponibilidade de horário e pela preferência por aqueles que já possuíam a prática de se deslocar sozinhos com o uso da bengala longa, instrumento este que serve para rastrear os obstáculos que possam estar no caminho do deficiente visual. Após essas atividades, analisamos os dados e tecemos as reflexões. Os roteiros das entrevistas encontram-se nos apêndices do presente trabalho (Apêndices I e II). As autorizações de participação dos sujeitos na pesquisa, bem como, de uso das imagens foram efetuados encontram-se no Apêndice III.

O trabalho está organizado em quatro seções, além da introdução e considerações finais:

No capítulo 1 buscamos discorrer sobre como a pessoa com deficiência visual percebe e compreende o espaço urbano. Ainda neste mesmo capítulo, é exposto para o leitor os conceitos de espaço urbano, mobilidade e pessoa com deficiência.

No capítulo 2 abordamos brevemente o percurso social da pessoa com deficiência ao longo da história, buscando expor as privações e a conquista de direitos destas pessoas ao longo do tempo.

No capítulo 3 contamos a história do instituto São José Operário buscando demonstrar a importância que este tem tanto no ensino como na reabilitação de pessoas com deficiência visual. Ainda acrescentamos um item para contar ao leitor um pouco da história dos frequentadores do educandário e um pouco da história do autor ao longo de sua vida acadêmica.

Durante o capítulo 4 discorremos sobre o trabalho de campo realizado no centro do município abordando os principais problemas, articulando a experiência com a legislação vigente no que tange à acessibilidade. Neste capítulo, também relatamos as dificuldades de locomoção e, concomitantemente, algumas sugestões pertinentes à acessibilidade.

1. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O ESPAÇO URBANO

Em minhas frequentes idas ao centro da cidade de Campos dos Goytacazes é normal as pessoas sempre me perguntarem se eu sei para onde estou indo e se sei chegar ao local desejado. Ao responder que sim, algumas pessoas ficam a me perguntar: “Como uma pessoa com deficiência visual consegue se deslocar normalmente pela cidade sem se perder?”. Diante de tais indagações, pretende-se neste capítulo compreender analiticamente como a pessoa com deficiência visual assimila o espaço urbano e como esta o percebe. Entretanto, devemos elucidar ao leitor sobre o que seria a definição de uma pessoa com deficiência e pessoa com deficiência visual.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015, sabe-se que:

Art. 2º - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, Lei nº 13.146/15).

Para Lopes (2015), as pessoas com deficiência visual são aquelas consideradas cegas e aquelas que possuem baixa visão. Tal deficiência pode ser adquirida de diferentes maneiras como, por exemplo, através de um caráter genético, congênito, adquirido ou degenerativo.

Quanto à classificação de pessoas cegas ou que possuem baixa visão, o decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004 define da seguinte forma:

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, Decreto, nº5.296, 2004).

É importante ressaltar que dentro deste grupo há pessoas que já nasceram com deficiência visual e outras que adquiriram na fase adulta, por conta de acidentes, doenças dentre outros casos. Por isso, conforme Castillo (2017) aponta, as condições das pessoas, incluindo as com deficiência, e sua respectiva mobilidade, ocorrerão em razão também das condições oferecidas pelo espaço.

Segundo Elaine Moreira dos Santos¹, Professora de Orientação e Mobilidade do Instituto São José Operário, a pessoa que nasce com a deficiência visual tende-se a adaptar ao meio com mais facilidade, uma vez que pela falta de visão desde criança os seus sentidos são estimulados, de forma que a pessoa passa a perceber tudo ao seu redor a partir da audição, olfato e tato. Já no caso da pessoa que perde a visão na fase adulta, o processo de reabilitação se torna um pouco mais complexo, pois as pessoas costumavam a ver o mundo somente pela visão e, diante da perda dela, as pessoas costumam ficar depressivas ou até mesmo revoltadas, uma vez que no início elas não se aceitam como deficientes visuais. Entretanto, ao serem matriculadas em instituições de ensino especial, passam a se relacionar com pessoas que também possuem a mesma deficiência, e aos poucos vão se aceitando e se adaptando a enxergar o meio através dos outros sentidos.

Ainda segundo a Professora Elaine Moreira dos Santos, a participação da família é muito importante para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, uma vez que quando a família matricula uma criança ou um adulto em uma instituição de ensino especial, esta tem a oportunidade de aprender técnicas, que o farão ser mais independente na sua habitual rotina.

Pode-se exemplificar para uma pessoa com deficiência visual, a partir da aula de Orientação e Mobilidade (OM) que ensina de forma empírica a como utilizar os outros sentidos para perceber o espaço ao seu redor e poder se deslocar de um lugar para outro com mais segurança e autonomia.

Ainda segundo a entrevista realizada com a Professora Elaine, a orientação e mobilidade é a junção de duas partes. A orientação é quando o deficiente visual aprende a utilizar os sentidos dele, para perceber onde ele está, assim descobrindo sua localização no espaço. Já a mobilidade é quando ele aprende ter o melhor controle dos seus movimentos para assim, poder se locomover com mais facilidade, ou seja, para ter uma locomoção de modo autônoma e segura, a pessoa com deficiência visual precisa de orientação e mobilidade.

Agora que compreendemos os conceitos de pessoa com deficiência e deficiência visual, vamos entender como este se relaciona com espaço urbano. Afinal o que seria este espaço urbano?

Assumimos como definição de espaço urbano descrito por Corrêa (2003), conforme apontamos na introdução, como um espaço fragmentado e articulado. Destaca-se que esta fragmentação se dá pelos diferentes usos do solo, onde a influência de alguns grupos sociais

¹Entrevista realizada em 10/10/2017 com Elaine Santos, professora de Orientação e Mobilidade (o roteiro encontra-se no Apêndice II).

conforme seus interesses capitalistas determinarão a sua forma e conteúdo, fazendo com que o espaço urbano também se torne fragmentado no campo econômico e social.

Na grande cidade capitalista estas paisagens e usos originam um rico mosaico urbano constituído pelo núcleo central, a zona periférica do centro, áreas industriais, subcentros terciários, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo, como as favelas e os condomínios exclusivos, áreas de lazer e, entre outras, aquelas submetidas à especulação visando à futura expansão. O arranjo espacial da fragmentação pode variar, mas ela é inevitável (CORRÊA, 2003, p. 145).

Entretanto, ao mesmo tempo em que este espaço urbano é fragmentado, ele é simultaneamente articulado por conta dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações, decisões dentre outros. Dessa forma, sabe-se que:

A articulação manifesta-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas estão associados às operações de carga e descarga de mercadorias diversas, aos deslocamentos cotidianos entre áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos para compra no centro da cidade ou nas lojas de bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parque, entre outros (CORRÊA, 2003, p. 7).

Entretanto, a articulação manifesta-se também de modo menos visível e mais efetivo. A articulação “no capitalismo manifesta-se através de relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital; mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia em sua dimensão espacial” (CORRÊA, 2003, p. 8).

No município de Campos dos Goytacazes esta realidade não é diferente, uma vez que temos a área central oferecendo vários serviços, temos também bairros adjacentes que servem de moradia para a população campista. O fluxo de pessoas e automóveis também é frequente, fazendo com que o centro, através de ruas e avenidas, se articule com os demais bairros da cidade.

Agora que já explicamos os principais conceitos, voltemos à pergunta inicial: Como a pessoa com deficiência visual percebe e compreende o espaço urbano?

Segundo Edward Hall apud Cohen, 2006, p. 2, “tudo aquilo que o homem é e faz está ligado à experiência do espaço. Nosso sentimento do espaço resulta da síntese de numerosos dados sensoriais, de ordem visual, auditiva, cinestésica, olfativa e térmica”.

No caso da pessoa com deficiência visual, esta, quando possui cegueira, se utiliza de outros sentidos que não sejam a visão para perceber e interagir com o espaço. Já no caso da

baixa visão, a pessoa utiliza sua visão, mesmo que de forma limitada, para que junto a outros sentidos possa perceber o ambiente.

Eu, na condição de pessoa com deficiência visual, costumo dizer para as pessoas que a cidade é como se fosse uma extensão da minha casa, ou seja, quando estamos em casa, que é um lugar que já conhecemos bem por estarmos ali todos os dias, a pessoa que enxerga normalmente não precisa abrir o seu olho para ir do seu quarto para o banheiro ou a outros cômodos, pois já tem em sua mente a localização exata dos objetos e compartimentos. Geralmente a pessoa com deficiência visual compreende o espaço urbano deste modo, pois à medida que vão frequentando tais espaços vão tornando estes cada vez mais familiares, e assim, transpondo para o mundo sensível.

Conforme aponta Cohen, 2006, p. 6:

A percepção, além de fazer parte do ambiente sensível e das emoções, também envolve outros processos com destaque especial para a cognição. Todos nós, quando agimos nos ambientes, temos uma visão do que este nos proporciona e faz parte de nosso universo particular. Podemos ir além e complementar que mais do que simples espaços, estes ambientes sensíveis podem ser amados ou odiados, incluem ou excluem, ambiências urbanas constituem-se assim em situações físicas para a mobilidade urbana peculiar de cada indivíduo, pertencem ao mundo da pessoa e são aspectos internos da experiência.

Vale ressaltar que a pessoa com deficiência visual utiliza muito sua imaginação para se deslocar por espaços já conhecidos e com isso materializar no mundo sensível toda ideia construída na vivência, ou seja, na medida em que o deficiente visual vai se relacionando com os espaços da cidade, ele vai construindo através do processo cognitivo em sua mente um mapa mental para poder se deslocar, se localizar e encontrar lugares de seu interesse no espaço urbano.

Dessa forma, entende-se que a percepção do espaço pelo deficiente visual acontece de maneira distinta, no que diz respeito aos meios para a apreensão do conhecimento. Essa compreensão permeia a evolução da noção de espaço, que parte da percepção do espaço vivido, que é o espaço vivenciado pela pessoa, para noção de espaço concebido que se refere à compreensão do espaço através de análise, onde a pessoa é capaz de raciocinar sobre um determinado local através de recursos auxiliares, como mapas, sem conhecimentos prévios sobre o local (Ventorini & Freitas, 2002 apud Lopes, 2015).

Deste modo, compreende-se que o deficiente visual necessita da vivência para assim abstrair e construir em seu intelecto uma imagem próxima do real, para que assim tenha em sua mente a localização de lugares e serviços que a cidade possui.

2. O PERCURSO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA SOCIEDADE E A LUTA PARA SUA INCLUSÃO

Atualmente é mais comum encontrarmos em diversos espaços da sociedade pessoas com deficiência visual trabalhando, estudando e desempenhando muitas outras funções perante a sociedade. Entretanto, é notório lembrar que o caminho trilhado por estas pessoas até sua inclusão social foi cheio de preconceitos, restrições e violências.

Para Monteiro (2012) isto ocorria pelo fato da deficiência ser um fenômeno construído socialmente, estando este repleto de crenças, valores e ideologias, podendo variar de cultura para cultura. Neste contexto, a autora, referindo-se às sociedades primitivas, relata que todos aqueles que nascessem fora dos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade da época eram abandonados ou mortos, pois se tinha um temor religioso por acreditar que estas pessoas eram pecadoras ou estavam possuídas por espíritos malignos.

Deste modo é possível perceber, que a não aceitação do diferente é uma construção social, no qual o discurso pelo corpo saudável também era uma justificativa para a eliminação destas pessoas. Monteiro (2012) cita como exemplo algumas regiões da Europa e Oriente Médio, como Grécia, Esparta e Egito, que prezavam pelo culto ao corpo saudável, eliminando aqueles que apresentassem algum tipo de deformidade física ou mental.

Lopes (2015) aponta que somente na Idade Média a prática de abandono e morte passa a ser combatida pela difusão do cristianismo, uma vez que conforme a doutrina cristã, todos eram reconhecidos como filhos de Deus e, diante deste novo discurso, não foram mais aceitas as práticas de desprezo e de extermínio destas pessoas, o que propiciou a criação de asilos e abrigos com intuito de acolhê-los, o que para Monteiro (2012) também significou o início da sua segregação social: “nessa época, os deficientes foram alvos de caridade e acolhidos/enclausurados em asilos, conventos ou igrejas, tal como ocorria com os leprosos, os paralíticos, os doentes venéreos” (MONTEIRO, 2012, p.4).

É perceptível que a pessoa com deficiência neste período se torna digna da caridade, mas não de cidadania, pois os mesmos se encontravam à margem da sociedade, confinados em igrejas e asilos. Ainda na Idade Média, Lopes (2015) nos lembra de que pelo fato de muitos soldados terem ficado cegos em virtude da sétima cruzada, o rei Luís IX, fundou por volta de 1260 o primeiro hospital para cegos denominado Quinze-Vingts, o que significava “300 soldados cegos”.

Recorrendo à história novamente, vamos perceber que a partir do século XV a visão sobre a pessoa com deficiência visual também se alterou. Ainda em consonância com Lopes

(2015), com avanço da ciência na Idade Moderna se tornou possível estudar e tratar alguns tipos de deficiência, deste modo, modificando a ideia supersticiosa que a sociedade tinha em relação aos deficientes visuais. A deficiência agora passava a ter respostas científicas e não mais religiosas.

A fatalidade hereditária ou congênita assume o lugar da danação divina, para efeito de prognóstico. A individualidade ou irrecuperabilidade do idiota é o novo estigma, que vem substituir o sentido expiatório e o propiciatório que a deficiência recebera durante as negras décadas que atenderam a medicina, também supersticiosa. O médico é o novo árbitro do destino do deficiente. Ele julga, ele salva, ele condena (PESSOTTI apud NOGUEIRA, 2008, p.4 apud LOPES, 2015, p. 20).

A partir desta nova visão em relação às pessoas com deficiência visual, passa-se então a pensar em como alfabetizá-las. Deste modo, conforme Dutra e Rosa (2006), Valentin Haüy (figura 3, na página subsequente), que era educador, então resolve fundar no ano de 1784, na França, o Instituto Imperial Dos Jovens Cegos de Paris, conforme os autores relatam e conforme ilustra a figura 4 (também na página subsequente), demonstrando a fachada da instituição.

Figura 3 - Ilustração do retrato de Valentin Haüy



Fonte: < <http://www.inja.fr/>>.

Figura 4 - Fachada do Instituto de Jovens Cegos de Paris



Fonte: <<http://maprunelle.over-blog.com/2017/06/visite-de-l-inja.html>>.

Como ainda não existia o sistema Braille – sendo este um código de leitura e escrita a partir da combinação de pontos em relevo, que só foi desenvolvido em 1825 por Louis Braille (figura 5, na página a seguir), aluno da instituição – era necessário que se colocasse as letras do alfabeto normal em alto-relevo para que as pessoas cegas pudessem ler através do tato.

Entretanto, com a difusão do Sistema Braille (figura 6), este método, deixou de ser usado, tornando o sistema Braille como uma forma de leitura e escrita universal das pessoas cegas, onde, para Lopes (2015), foi uma importante ferramenta para a inclusão destas pessoas na sociedade, permitindo que outras escolas fossem criadas pelo mundo:

No final do século XVIII e início do século XIX foram fundadas escolas para pessoas cegas em outros países da Europa, como Alemanha e Grã-Bretanha, baseadas no modelo do Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris. (LOPES, 2015, p.4).

Figura 5 - Busto do Louis Braille



Fonte: <<http://www.inja.fr/>>.

Figura 6 – Sistema do Alfabeto Braille



Fonte: <<https://br.depositphotos.com/99491806/stock-illustration-braille-alphabet-punctuation-and-numbers.html>>.

Conforme aponta Pires (2014), o marco da educação especial para pessoas com deficiência visual na América Latina, sobretudo no Brasil, se deu com a inauguração do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, na cidade do Rio de Janeiro, que posteriormente passou a se chamar Instituto Benjamim Constant (figura 7). Segundo Almeida (2014), foi através do esforço de José Álvares de Azevedo (figura 8, na página seguinte), que era deficiente visual e tinha o desejo de que as crianças cegas presentes no Brasil pudessem ter acesso ao ensino em um momento que a educação era privilégio para poucos no país; por meio de Xavier Sigaud, que era médico do Império e outros membros do governo imperial, conseguiu levar ao imperador Dom Pedro II uma proposta de escola baseada nos moldes do

Instituto de Jovens Cegos de Paris, local onde aprendeu o sistema Braille e concluiu seus estudos. Assim, devido à sensibilidade do referido imperador, a instituição foi fundada em 17 de setembro de 1854. Entretanto, Azevedo não pôde assistir a inauguração do Instituto Benjamin Constant, pois falecera seis meses antes (Almeida, 2014).

Figura 7 - Instituto Benjamin Constant



Fonte: <<http://www.ibc.gov.br/>>.

Figura 8 - Ilustração do retrato de José Álvares de Azevedo



Fonte: <http://www.academia.org.br/academicos/alvares-de-azevedo/biografia>

Conforme Masini (2013) e Mazzotta (2001) apud Pires, 2014, o Instituto Benjamin Constant muito contribuiu para que outras instituições baseadas em seu modelo de ensino surgissem pelo Brasil, como: Instituto São Rafael, em Belo Horizonte (1926), Instituto Padre Chico, em São Paulo (1928), Instituto de Cegos da Bahia, em Salvador (1929), Instituto de Cegos do Ceará, em Fortaleza (1934), Instituto São Rafael, em Taubaté/SP (1940), Instituto Santa Luzia, em Porto Alegre (1941), Instituto Paranaense de Cegos, em Curitiba (1944), Associação Linense para Cegos, em Lins/SP (1948) e Instituto de Cegos Florisvaldo Vargas, em Campo Grande/MS (1957). É importante destacarmos que antes do surgimento destas instituições as pessoas cegas não eram aceitas em escolas regulares, uma vez que:

Os alunos com deficiência eram encarados como obstáculos para o funcionamento tranquilo das escolas e das salas de aula, pois careciam de habilidades para enfrentar as exigências acadêmicas e disciplinares. Achava-se que sua presença prejudicaria a aprendizagem dos outros alunos ou que até mesmo teria uma influência moral subversiva. (STAINBACK e STAINBACK apud NÁVEA, 2007, p. 6).

Isto é, nota-se que a educação se constrói em dois modelos: a educação especial, centrada no ensino das pessoas com deficiência; e a educação comum, voltada para o atendimento dos não deficientes, dando continuidade às práticas segregadoras que passavam também a se perpetuar no ambiente escolar, uma vez que para a sociedade daquela época era mais fácil deixar que a educação especial resolvesse o problema da educação destas pessoas

do que a escola regular aprendesse a lidar com as diferenças. Segundo Stainback e Stainback (1997, p. 37) apud Návea (2007, p. 6), “as instituições residenciais e as escolas especiais permaneceram sendo as indicadas para educar alunos cegos, ou surdos, ou com deficiência física”.

É somente a partir de meados do século XX que tal quadro de exclusão e segregação social da pessoa com deficiência (que até então vivia na invisibilidade, sem nenhum tipo de direito que assegurasse sua integração e participação social) começa lentamente a se alterar, conforme aponta Damasceno (2014, p. 11):

Um importante divisor de águas para o estudo da proteção da pessoa com deficiência foi à ocorrência das duas guerras mundiais, o que fez aumentar, desgraçadamente, o número de pessoas com deficiência de locomoção, de audição e visão.

Em decorrência de tal fato, ainda em consonância com Damasceno (2014), os soldados que ficaram com algum tipo de deficiência passaram a exigir do Estado uma infraestrutura urbana adequada e serviços de reabilitação que favorecessem a sua integração. O que, segundo este mesmo autor, levou a ONU (Organização das Nações Unidas), juntamente com outras organizações, a criarem programas de assistência para este público.

Já no Brasil, as décadas de 1950 e 1960 são marcadas pelo associativismo dos deficientes visuais que, conforme relata Júnior (2010), além da questão econômica, luta pelo direito à escola, ao trabalho, ao lazer e à cultura, dentre outros que proporcionasse sua inclusão social. Ainda segundo Junior (2010), tal movimento surgiu em um momento de quebra de paradigmas no qual a deficiência deixava de ter um caráter médico para assumir um caráter social baseado na declaração dos direitos humanos escrita em 1948, que conforme Feijó (2011) estendia a todo o homem o direito ao respeito, à luta pela igualdade, à liberdade de pensamento, dentre outros que garantissem à dignidade humana. É nesse novo contexto que, conforme Damasceno (2014), é aprovada pela ONU em 1975 a declaração pertinente aos direitos da pessoa com deficiência, afirmando que assim como os demais seres humanos, este público também possui o direito do gozo civil, político, econômico, cultural e social, além de medidas que promovam sua autonomia. Desta forma, tomando-a por base a participação plena e a igualdade de condições destas pessoas, o referido autor aponta o ano 1981 como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, o que para Maior (2017) possibilitou que estas pessoas pudessem se organizar politicamente, fato este comprovado pelo movimento político das pessoas com deficiência presente no Brasil na década de 1980 junto aos movimentos sociais que buscavam a redemocratização do país.

Para Maior (2017, p. 31), “a fase heroica do movimento das pessoas com deficiência coincide com a abertura política, quando reunidas em Brasília em 1980, as associações construíram a pauta comum de reivindicações de seus direitos”, o que para esta autora favoreceu a inserção dos direitos destas pessoas nos diversos capítulos da Constituição Federal promulgada em 1988.

É neste novo contexto que, conforme Monteiro (2012, p. 6), ocorrem:

No século seguinte, a partir da década de 1990, a realização da Conferência Mundial de Educação para todos em Jomtien na Tailândia (1990), a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais (1994) e a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (1999).

Para a autora, tais eventos proporcionaram a criação de novas leis, decretos e programas como a Convenção das Pessoas com Deficiência promulgada pela ONU em 2006. Conforme Maior (2017, p. 34):

No Brasil, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada com base no § 3º do artigo 5º da Constituição, incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, passando a marco constitucional. O Decreto Legislativo 186/2008 (BRASIL, 2008) ratificou-a e o Decreto 6.949/2009 promulgou a Convenção para efeitos internos (BRASIL, 2009).

Deste modo a pessoa com deficiência visual vem lutando dia após dia, com objetivo de ser reconhecida como uma pessoa de pleno direito social capaz de estudar, trabalhar, ou seja, ter uma vida comum a dos outros e em que a falta de visão não seja mais um empecilho para sua inclusão social, uma vez que hoje a deficiência, conforme destaca Maior (2017), não se limita mais ao atributo biológico e sim à interação entre as pessoas com deficiência, e esta interação ser tanto física quanto também atitudinal que o impedem de exercer sua inclusão social.

3. MOBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DO SÃO JOSÉ OPERÁRIO, “UM EDUCANDÁRIO PARA CEGOS” EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundado em 1º de maio de 1963, o Educandário São José Operário é uma instituição filantrópica que tem como objetivo reabilitar, capacitar e incluir o deficiente visual na comunidade e como ser ativo desta.

Conforme aponta Maria Tereza², a instituição nasceu com apoio dos usineiros e das damas da sociedade campista com intuito de atender ao público com deficiência visual, uma vez que naquela época não havia nenhuma instituição na região que atendesse este tipo de público. Com isto, o educandário se tornou referência na região, acolhendo alunos locais e até mesmo de outros municípios que, por conta da distância de suas casas, acabavam residindo na instituição e assim só retornando para casa nos finais de semana ou durante as férias.

Entretanto, ainda segundo Maria Tereza, por conta da instituição ter perdido muitos recursos financeiros nos últimos dois anos impossibilitou de continuar com o regime de internato, mantendo na casa somente cinco alunos que estão na instituição há muito tempo e não tem para onde ir. Para Raul Ferrarez, o fim da escola no Educandário também contribuiu para o término do regime de internato.

Cabe ressaltar que o educandário nos últimos sete anos também sofreu transformações no que se refere aos atendimentos, uma vez que com o surgimento da Lei de Inclusão, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 de 1996 (Brasil, 1996), as escolas regulares são obrigadas a receberem os alunos que possuem deficiência.

Segundo Cristina Rodrigues³, com as novas leis, a Instituição não pode mais atuar como uma escola especial, pois antes os alunos estudavam do primeiro ao quinto ano utilizando como forma de escrita o Braille, e isso permitia que os alunos já saíssem aptos para inclusão em uma escola normal.

Ainda para Raul, tal processo se iniciou a partir da:

Declaração de Salamanca, de 1994 deu os primeiros passos para essa discussão. Depois, a Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no capítulo V, Arts. 58, 59, e 60 discutem, resumidamente, esta questão. E com isso, a instituição que antes funcionava como um colégio especial conveniado ao estado, atendendo crianças do primeiro ao quinto ano deixou de ser uma escola, sendo apenas um local de apoio para alunos com deficiência visual que estudam em escolas comuns.

²Entrevista realizada em 10/10/2017 com Maria Tereza, pedagoga do Instituto São José Operário.

³Entrevista realizada em 01/11/2017 com Cristina Salgado Rodrigues, presidente do Instituto São José Operário.

(Raul Ferrarez, transcrição da entrevista realizada em 10 de outubro de 2010)⁴.

Também segundo Raul Ferrarez:

Desde 2010 o Educandário deixou de ser escola, passando apenas a prestar atendimentos nas áreas de habilitação e reabilitação, bem como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos alunos matriculados na rede de ensino tanto público quanto privado. (Raul Ferrarez, transcrição da entrevista realizada em 10 de outubro de 2010).

O Instituto São José Operário também funciona como um centro de reabilitação, pois possui diversas atividades que auxiliam as pessoas que perderam a visão com o tempo, por acidente ou algum tipo de doença. O Educandário auxilia estas a terem uma vida mais independente com os cursos que são oferecidos na instituição.

Como foi ressaltada, a instituição perdeu alguns convênios, tanto do Governo Estadual, quando no âmbito federal, restando apenas o convênio com a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

Tal fato fez com que houvesse a suspensão de algumas atividades, como Remo e Canoagem. Entretanto, ao todo são oferecidos vinte e quatro cursos, que auxiliam na reabilitação e habilitação das pessoas com deficiência visual que estudam na instituição. O Educandário oferece os seguintes atendimentos: atendimento de baixa visão; escrita cursiva; estimulação precoce e essencial; orientação e mobilidade; atendimento pré-braille; sistema Braille de ensino; soroban (semelhante ao ábaco, instrumento japonês utilizado para o deficiente fazer cálculos); reforço escolar; educação ambiental (Jardim Sensorial); biblioteca (áudio, Braille e ampliada); música e teatro; arteterapia; experimentação corporal; informática adaptada; aulas de bateria e percussão; atendimento de reabilitação; fisioterapia oftálmica; psicologia; equoterapia; pedagogia; serviços sociais; cursos Braille para videntes (familiares dos assistidos, comunidade e professores); práticas educativas para uma vida independente e, por último, fonoaudiólogo.

Hoje, no Instituto São José Operário, cerca de 110 pessoas com deficiência visual são atendidas, de zero a 76 anos. Estas pessoas são tanto do município, como de municípios vizinhos e/ou distritos distantes, sendo o instituto uma referência no Norte e Noroeste Fluminense. O instituto apoia todas as atividades a partir de uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, dentre outros, que atuam no dia a dia

⁴Entrevista realizada em 10/10/2017 com Raul Ferrarez Alves, professor de Soroban do Instituto São José Operário.

dos assistidos e de suas famílias, assim como na colocação destes no mercado de trabalho, intercedendo junto às empresas da nossa comunidade.

Para a pesquisa, foram entrevistadas 32 pessoas, sendo 20 homens e 12 mulheres, com o perfil de idades exposto na Tabela 1, na página a seguir. Destas, vinte perderam a visão ao longo da vida, algumas de forma abrupta, e doze nasceram com a deficiência.

Tabela 1 - Distribuição de frequência das idades dos entrevistados

Idade (anos)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada
15 – 24	3	9,375	3
25 – 34	3	9,375	6
35 – 44	5	15,625	11
45 – 54	7	21,875	18
55 – 64	7	21,875	25
65 - 76	7	21,875	32
Total	32	100	-

Fonte: Autoria própria

Os cursos são oferecidos gratuitamente pela instituição de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00min da manhã, às 17h00min da tarde, e em média são atendidas cerca de 110 pessoas, tanto da comunidade local, como de outros municípios vizinhos. A instituição atende um público diversificado de pessoas de várias idades que possuem deficiência visual e outras deficiências ou síndromes associadas.

Raul Ferrarez afirma que uma das atividades desenvolvidas especificamente para o público de zero a quatro anos do Educandário é a estimulação precoce.

Basicamente, é a realização de atividades sensoriais desde o momento em que se descobre, na criança, a existência de uma deficiência. Tais atividades são fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo. A criança bem estimulada desenvolve rapidamente suas potencialidades e habilidades. Trabalha, no caso de criança cega, sonoridades, ou seja, objetos com barulhos a fim de proporcionar o desenvolvimento auditivo na criança cega. Desenvolvimento tátil, noções espaciais (lateralidade), além de outros aspectos imprescindíveis. (ALVES, AMOY e PINTO, 2007).

Além da Estimulação Precoce, o Instituto também oferece o curso de Orientação e Mobilidade (OM).

3.1 Conhecendo os frequentadores do São José Operário

Como já destacado no capítulo anterior, o Instituto São José Operário se tornou referência no atendimento ao público com deficiência visual pelo fato deste ter sido a primeira instituição na região voltada ao atendimento exclusivo destas pessoas. Com isso, a instituição desde a sua inauguração acumula muitas histórias de abandono e superação.

Como nos relata João José, que já foi aluno e hoje é vice-presidente da instituição, algumas famílias por não aceitarem a deficiência de seus filhos acabavam deixando estes na instituição e nunca mais voltavam para buscá-los, o que fez com que estas pessoas mesmo com o fim do regime de internato, permanecessem morando na instituição. Maria Tereza complementa ainda esta informação, afirmando que há pessoas que não tem para onde ir, pois nem sequer conseguem lembrar-se de seus pais, já que foram deixadas lá desde pequenas.

Deste modo é evidente que as práticas de abandono destas pessoas pelos seus familiares retratam aquilo que já abordamos sobre as pessoas com deficiência na Idade Média, em que estas, por serem abandonadas pelos seus familiares, eram acolhidas em igrejas e asilos.

Dando continuidade aos relatos, percebemos a grande contribuição que o Sr. José proporcionou aos seus alunos que não deixaram a deficiência visual se tornar um obstáculo para a realização de seus ideais. Citamos aqui o exemplo de João José, que hoje é professor de História e Geografia formado pela Faculdade de Filosofia de Campos e professor concursado pelos municípios de Campos e Macaé.

João José nos conta que depois de ter perdido sua visão aos 10 anos, foi estudar no Educandário São José Operário em 1968, onde permaneceu morando até 1990. Ele lembra saudosamente do grupo de Freiras Vicentinas que permaneceram na administração do educandário até 1972: “a freira que me criou foi uma mãe para mim, ela me deu educação religiosa e moral, ensinando-me com muito carinho e atenção a como ser um cidadão de verdade” (João José, transcrição da entrevista realizada em 10/10/2017). Ele também nos relata que o educandário lhe deu uma boa base para que ele conseguisse prosseguir na sua vida acadêmica.

Foi a partir do Educandário que tive acesso ao Braille e outros recursos para prosseguir com os estudos na escola comum e depois no ensino superior onde, fui alvo de discriminação e preconceito por alguns professores, que achavam que o lugar certo para o cego era em uma instituição especial, não bastasse isso ainda era preciso dar conta dos conteúdos sozinho, pois não havia nenhum suporte para o deficiente naquela época (João José, transcrição da entrevista realizada em 10/10/2017).

João José finaliza seu relato afirmando que a escola especial é muito importante para que o deficiente tenha uma base em termos de recursos, como, por exemplo, um preparo psicológico para prosseguir em uma sociedade que ainda tem um pouco de resistência com pessoas cegas.

O nosso segundo exemplo de superação é o ex-aluno Raul, que hoje também é Funcionário Público de Macaé e de Campos e se encontra cedido à instituição como professor de apoio. Ele diz que veio da cidade de Muriaé e morou na instituição por 12 anos:

Vim para cá já grande depois de ter perdido a visão com 10 anos, e aqui no Educandário aprendi o Braille e a partir disso pude dar prosseguimento aos meus estudos em uma escola regular até concluir o ensino superior. Graças a isso hoje sou concursado como professor de atendimento educacional especializado em Campos dos Goytacazes e em Macaé, onde atuo como coordenador de campo da educação inclusiva, realizando atendimento aos alunos com deficiência visual presente na rede municipal de ensino (Raul Ferrarez, transcrição da entrevista realizada em 10/10/2017).

Tomamos como terceiro exemplo de superação o relato de Maria Tereza, que perdeu a visão já na fase adulta e teve de se readaptar para continuar sua vida acadêmica. Assim como Raul e João José, ela também recorreu ao educandário para aprender o Braille e dar prosseguimento aos seus estudos. Hoje ela atua como coordenadora pedagógica do São José Operário.

Como vimos, o educandário possui muitas histórias não só de abandono, mas também de superação, como as histórias do Raul Ferrarez, do João José, da Maria Tereza, dentre outros alunos que já passaram pela instituição.

Neste contexto, acreditamos que o desmonte destas instituições em função da inclusão defendida por muitos acaba por sombrear a importância das escolas e instituições dedicadas aos alunos especiais, pois como relata Raul e João José, nem todos os professores da rede regular estão capacitados para receber o aluno com deficiência em sala, o que na maioria das vezes faz com que o aluno fique em sala de aula excluído sem aprender nada. Eu, Ronaldo, sou o exemplo disso, pois antes de chegar ao Instituto Benjamim Constant no Rio de Janeiro (instituição na qual eu concluí o ensino fundamental), tive de lutar muito para ser aceito em uma escola comum. Lembro-me como se fosse hoje quando consegui me matricular no *Brisolão* do bairro em 1996. Fiquei muito feliz, pois, como meus amigos e primos, também teria a oportunidade de estudar como toda criança.

Contudo, minha alegria durou pouco. O sonho de aprender acabou se tornando em pesadelo: ouvia as crianças lendo e respondendo às perguntas que a professora passava para turma. Enquanto isso, eu ficava parado em um canto sempre alerta aos colegas de turma que sempre jogavam algo em mim. Quando indagava a professora se tinha alguma lição para eu fazer, ela sempre me respondia “pode ficar tranquilo que não tenho nada para você, pois não sou capacitada para isso”. Assim, passei aquele ano esquecido no canto da sala, excluído de todos e todas as atividades que a turma fazia.

No ano seguinte meus pais conseguiram por intermédio da diretora, uma vaga em outra escola, onde eu tinha uma professora só para mim durante a manhã e ficava na turma regular à tarde. Foi neste ano que a professora da sala de recurso, fazendo uso de letras bem grandes, conseguiu me ensinar a ler. Foi uma alegria muito grande, todos os alunos da escola vibravam de felicidade comigo. Aquilo me fez voltar a sonhar novamente, mas não fez com que eu pudesse acompanhar o ritmo da turma, uma vez que eu não conseguia ver o que estava no quadro e não se tinha nenhum tipo de material adaptado, e a professora não aceitava muito a minha presença por acreditar que eu era incapaz de aprender como os outros.

Assim, no ano seguinte fui encaminhado para o Instituto Benjamim Constant, que para mim foi como nascer novamente em um mundo onde tudo era acessível e todos eram tratados da mesma forma e, assim como Raul, João José e Maria Tereza, eu tive base para chegar onde estou hoje. O Benjamim Constant foi muito mais do que uma Escola Especial, onde quem a vê por fora acha que é apenas uma instituição de exclusão social, mas na verdade esta Instituição, assim como outras pelo Brasil, muito contribuiu para a formação e a inserção do deficiente visual na sociedade, oferecendo-lhes recursos para o prosseguimento do aprendizado em escolas regulares. Vale ressaltar que não somos contra a inclusão do deficiente visual na escola comum, e sim, contra uma inclusão radical onde o deficiente desde criança é colocado em uma sala de aula comum sem nenhuma base de recursos e psicológicos que o faça dar continuidade aos seus estudos. Acreditamos que enquanto não houver escolas regulares adaptadas e com seu corpo docente capacitado, não teremos a tão sonhada inclusão escolar, e por consequência, a tão sonhada inclusão socioespacial.

4. MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO CENTRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

A questão da acessibilidade e mobilidade urbana é um problema bem frequente na atualidade das cidades brasileiras, sobretudo no que se refere ao deslocamento de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida por ruas e avenidas, pois em geral é normal caminharmos por ruas onde as calçadas encontram-se em um péssimo estado de conservação, sem sinalização e repleta de obstáculos.

Conforme Alves, Amoy e Pinto (2007), isso decorre do descaso do poder público que não implementa ações para a inclusão destas pessoas no espaço urbano e na sociedade. O planejamento urbano que em tese serviria de base para resolver estas questões, conforme relata Maricato (2000, p. 124), acaba por priorizar os interesses somente de um determinado grupo social:

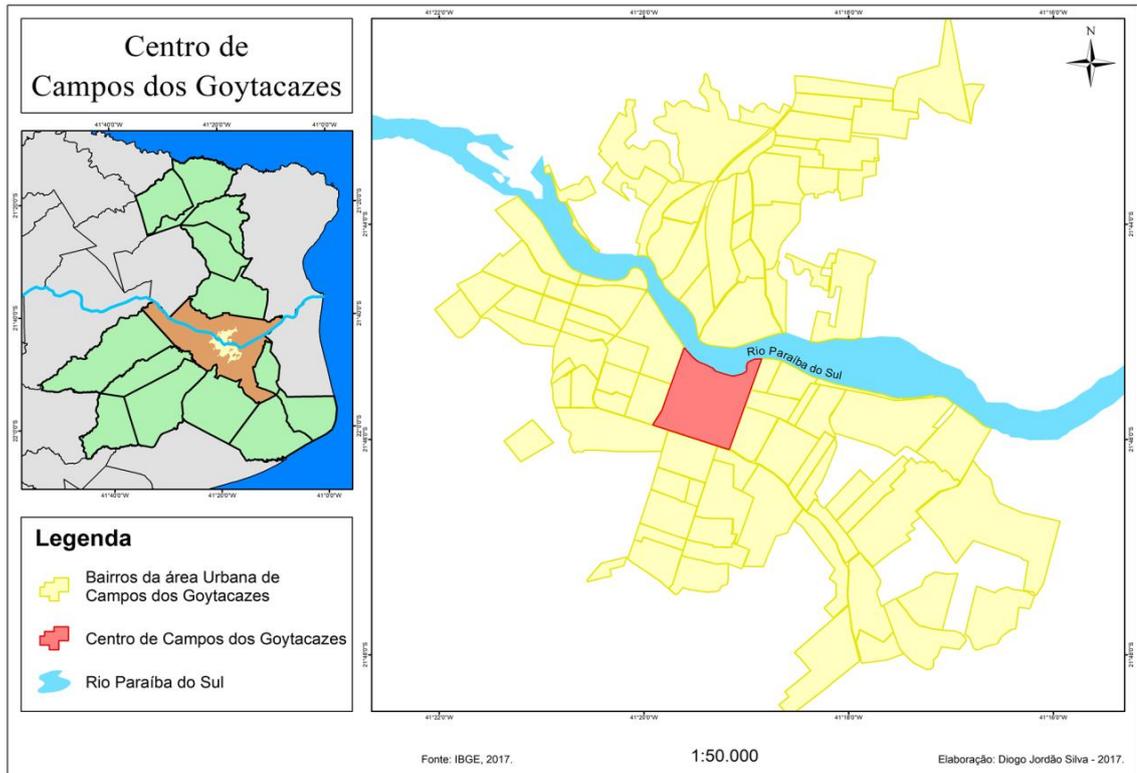
Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão.

Deste modo, a questão da acessibilidade das pessoas com deficiência no espaço urbano continua sendo negligenciada pelo poder público. Acreditamos que o centro é, conforme definido por Villaça (1998), o lugar frequentado pela população – é um lugar popular – uma vez que oferece serviços que não estão presentes nos demais bairros ou até mesmo em subcentros espalhados pelo espaço urbano. Se o centro não for dotado de uma infraestrutura urbana capaz de atender as necessidades dos diferentes grupos sociais que ali frequentam, continuará promovendo a segregação daqueles que necessitam de um espaço mais acessível.

É neste contexto que tomando por base a legislação vigente tanto em âmbito federal como no âmbito municipal tratando especificamente da acessibilidade no que se refere ao espaço urbano, verificamos, por meio de um trabalho de campo, analisar a infraestrutura urbana implantada no Centro de Campos dos Goytacazes (Figura 09), considerando as reformas recentes do centro histórico, se elas atendem as necessidades especiais das pessoas com deficiência visual, assim proporcionando a inclusão desse grupo no espaço urbano, pois

entendemos que a garantia de ir e vir destas pessoas no espaço urbano é fundamental para sua inclusão social.

Figura 9 – Delimitação do Centro de Campos dos Goytacazes.



Fonte: Jordão Silva (2018).

Conforme Raia (1997) apud Cunha (2010), a acessibilidade tanto nos transportes como no uso do solo permite que os indivíduos tenham acesso ao trabalho, educação, lazer, bem como aos equipamentos públicos. A Questão da acessibilidade já vem sendo contemplada desde promulgação da constituição federal 1958, quando esta, em seu artigo 244, traz a disposição para criação de leis que tratem sobre o assunto. O primeiro dispositivo infraconstitucional que contempla a questão da acessibilidade é a Lei Federal nº10. 098 de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo decreto 5296/04, que visando promover a acessibilidade da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida prevê a instalação de uma infraestrutura adequada e também a eliminação de barreiras, tanto no que se refere ao ambiente físico como nos transportes, nos equipamentos e na comunicação. Hoje esta lei encontra-se ampliada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei nº13. 146 de 06 de julho de 2015, que também contempla muitos outros direitos para estas pessoas que por muito tempo permaneceram na invisibilidade. Em âmbito municipal, temos a lei nº 8.120 de 9 de dezembro

de 2009, referente a Política Municipal de Acessibilidade, no que tange as pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida em Campos dos Goytacazes, que estabelece em seu capítulo 2 Art.2º os seguintes princípios:

I desenvolvimento de ação conjunta do município e da sociedade civil, de modo assegurar a plena integração da pessoa com deficiência;

II estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem as pessoas com deficiência o pleno exercício dos seus direitos básicos que decorrentes da constituição e das leis, propiciam os seu bem estar pessoal, social e econômico;

III Respeito as pessoas com deficiência, que devem igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos

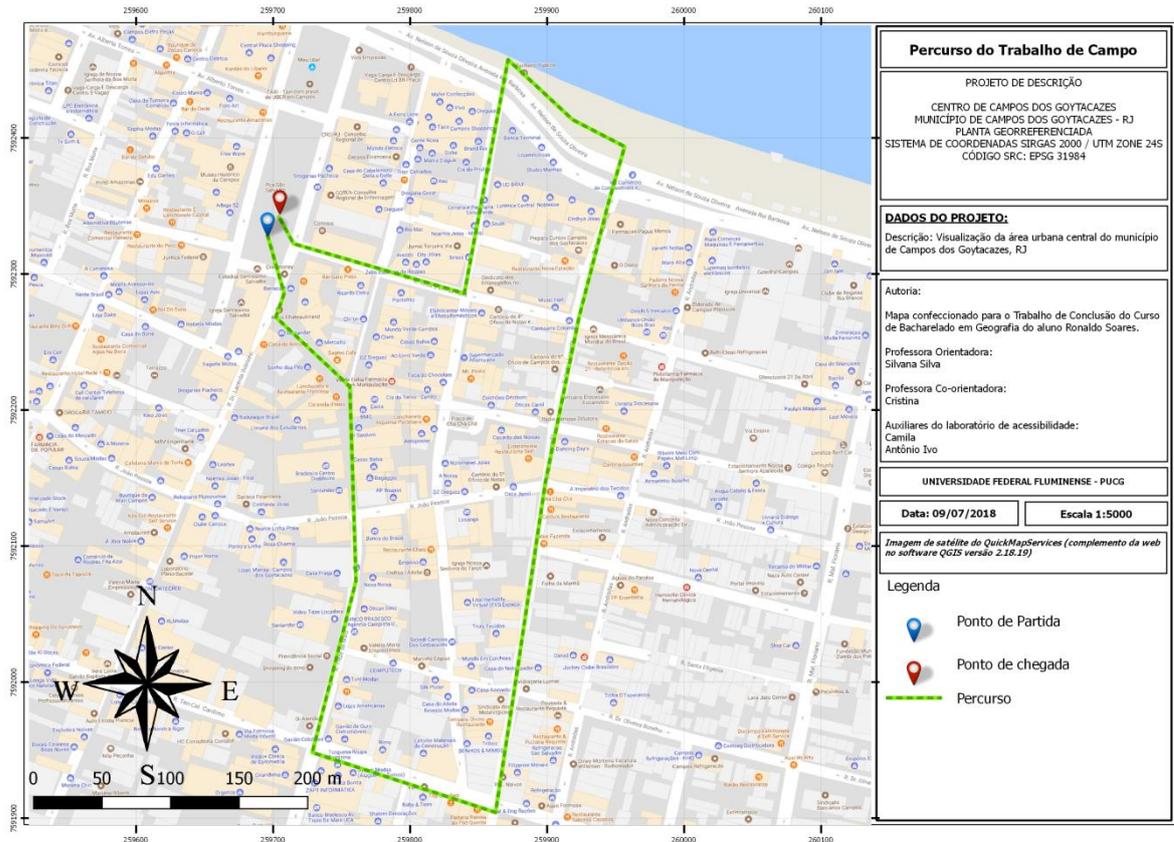
(CAMPOS DOS GOYTACAZES, Lei nº 8120, 2009).

Vale destacar que apesar de hoje as pessoas com deficiência já possuem direitos assegurados em leis, estas por muita das vezes não são cumpridas pelo poder público, fazendo com que estas pessoas se deparem com barreiras que impedem a igualdade de condições destas pessoas tanto na sociedade quanto no acesso ao espaço urbano. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define barreiras como:

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: barreiras urbanísticas; barreiras arquitetônicas; barreiras nos transportes; barreiras nas comunicações e na informação; barreiras atitudinais e barreiras tecnológicas (BRASIL, 2015, Lei nº 13.146/15).

Realizamos um trabalho de campo com mais três deficientes visuais. É possível visualizarmos o trajeto percorrido durante o trabalho de campo no mapa correspondente à figura 9, na página subsequente.

Figura 10 - Trajeto do trabalho de campo no Centro de Campos dos Goytacazes.



Fonte: Google, Organização: Antônio Ivo Gomes Barbosa, 2018.

Segue a descrição dos deficientes visuais que participaram do trabalho de campo (figura 11, na página a seguir): Lázaro Gomes, com 27 anos, que perdeu a visão aos 15 anos devido um glaucoma; Ocimar Rodrigues, com 53 anos, que perdeu a visão aos 47 e João José, de 59 anos, que começou a perder a visão aos 10 anos de idade. O trajeto percorrido foi saindo da Praça São Salvador, passando pela Rua Treze de Maio até a Rua Tenente Coronel Tenente Cardoso. Caminhou-se até a Rua Carlos Lacerda e de lá passando pela XV de Novembro, no Terminal de ônibus.

Figura 11 - Participantes do Trabalho de Campo: Ronaldo Marques, Ocimar Rodrigues, João José e Lázaro Gomes Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.



Fonte: Silvana Cristina da Silva, 2017.

No centro da cidade, percebemos que apesar de este já ter implantado uma infraestrutura que auxilia no deslocamento das pessoas com deficiência visual, as barreiras urbanísticas, arquitetônicas e atitudinais ainda continuam a prejudicar a mobilidade e acessibilidade deste público. Um grande exemplo são os postes de energia elétrica que, conforme demonstra João José, permanecem no meio do piso tátil, que serve de orientação para o deslocamento das pessoas com deficiência visual, descumprindo o que determina Lei nº 10.098 em seu artigo oitavo.

Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade (BRASIL, 2000, Art.8º 10.098/00).

Conforme João José, não bastasse a presença dos postes, ainda temos que lidar com a presença de lixeiras e placas que ficam dispostos sobre as calçadas que muitas vezes se encontram em péssimos estado de conservação (figura 12, na página a seguir). No trajeto feito por nós foi fácil encontrarmos calçadas esburacadas e desniveladas que apresentam um grande risco não só para os deficientes visuais como para população no geral. Notamos também a falta do piso tátil em pontos estratégicos como o terminal de ônibus e a Rua 13 de

maio, onde estão localizados a maioria dos serviços como bancos, lotéricas, farmácias, dentre outras lojas.

Figura 12 - João José caminhando no piso tátil sendo atrapalhado por poste e placa - Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.



Fonte: Silvana Cristina da Silva, 2017.

Lázaro Gomes, que se deparou com um orelhão (onde não havia sinalização tátil sobre a presença do orelhão – figura 13, na página a seguir), logo que começamos a caminhar pelo calçadão, diz que a instalação de piso tátil sem nenhum obstáculo em seu percurso seria o ideal para um deslocamento mais autônomo e seguro, uma vez que são frequentes os esbarrões em orelhões, placas e postes, que ficam localizados bem no meio das calçadas. Deste modo, João José Santos complementa que às vezes é mais fácil andar pela pista do que nas calçadas, alegando que a pista não possui tantos obstáculos.

Figura 13 - Lázaro Gomes se deparando com o poste no meio do piso tátil e orelhão no meio da calçada - Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.



Fonte: Silvana Cristina da Silva, 2017.

Em nosso deslocamento pelo centro também percebemos que não havia nenhum tipo de sinal sonoro nas vias de grandes fluxos, como determina o Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu art. 9º. Ocimar Rodrigues (figura 14, na página a seguir), que também participou do nosso trabalho, sentiu a falta do dispositivo ao atravessar a Avenida XV de Novembro, local de grande fluxo de automóveis e de grande importância para o acesso aos ônibus que circulam pelos diversos bairros do município. João José também destaca a falta de conscientização da população, que muitas das vezes colocam bancas, automóveis, bicicletas ou até mesmo lixo sobre as calçadas.

Figura 14 - Ocimar Rodrigues tentando atravessar a avenida XV de Novembro sem o auxílio do sinal sonoro - Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.



Fonte: Silvana Cristina da Silva, 2017.

Em nosso trabalho de campo foi possível flagrar buracos abertos sobre as calçadas e até mesmo fiação elétrica exposta sobre a mesma (figura 15, na página a seguir).

Figura 15 - Buraco sobre a calçada - Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.



Fonte: Silvana Cristina da Silva, 2017.

Eu, Ronaldo, além dos problemas já citados acima, me deparo frequentemente com muitos outros obstáculos que oferecem riscos a população e principalmente ao deficiente visual, que muitas das vezes não consegue detectá-los com o uso da bengala longa (figura 16).

Figura 16 - Ronaldo Marques e João José tendo dificuldades na locomoção no centro da cidade - Trabalho de Campo realizado em 24 de outubro de 2017.



Fonte: Silvana Cristina da Silva, 2017.

Em nossos questionários aplicados no Instituto São José Operário foi possível detectar muitos relatos idênticos aos que apresentamos acima, onde o deficiente visual, por conta de uma infraestrutura inadequada e cheia de perigos, tem que depender de terceiros para um deslocamento mais seguro.

Cabe destacar que todos os projetos referentes à adequação ou construção de mobiliário adequado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida devem se basear nos parâmetros definidos pelas normas (NBRs) Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especificamente a norma 9.050, de 2004 (Brasil, 2004a).

Conforme entrevista realizada em 10/10/2017 com Raul Ferrarez, que é professor do instituto São José Operário, ele afirma que até consegue se locomover pelo centro sozinho, porém que é inevitável esbarrar nos obstáculos presentes nas calçadas como: placas, postes, orelhões, bicicletas e bancas. Ele ainda destaca a não existência de placas em Braille com o nome das ruas o que seria excelente para o deficiente visual se locomover sem precisar ter que decorar ou de perguntar o nome da rua para as pessoas.

Ainda conforme sugere Ferrarez, além de toda uma infraestrutura urbana que atende as necessidades da pessoa com deficiência visual, também seria interessante implementar no município um sistema de transporte que desse mais autonomia para o embarque do deficiente visual nos ônibus, uma vez que, por não poder ver o letreiro tem que sempre pedir ajuda alguém que está no ponto para parar o veículo. Ferrarez cita o exemplo da cidade de Belo Horizonte que já possui em seu sistema de transporte um aplicativo que além de fornecer informações das linhas de ônibus aos usuários também é capaz de informar ao motorista pelo painel, que há uma pessoa com deficiência visual querendo embarcar no ônibus. Para Ferrarez, um aplicativo igual ao *SIU MOBILE BH*, seria uma boa alternativa para Campos já que beneficiaria toda população.

Irineia⁵, que também é professora na Instituição, nos relata que há um despreparo da população ao lidar com deficiente visual, pois muitos ao ajudá-la na rua em vez de oferecerem o braço ou o ombro empurram-na pelas costas para tentar guia-la. Ela ainda destaca a má qualidade das calçadas e a dificuldade para acessar alguns serviços na área central, uma vez que não se tem nenhum informativo em Braille ou em áudio que o deficiente visual possa usar como recurso para localizar e os locais de seu interesse, tendo que perguntar às pessoas que nem sempre estão dispostas em ajudar. Por fim, ela destaca que o piso tátil instalado ainda

⁵ Entrevista realizada em 10/10/2017, com Irineia, professora do Instituto São José Operário.

precisa de melhorias, pois aponta que o mesmo, por possuir muitos obstáculos em seu trajeto, se torna pouco usual.

Na aplicação do questionário foi perguntado aos entrevistados sobre a frequência que vão ao centro da cidade. 12 dos entrevistados responderam que vão mais de uma vez por semana, 6 vão apenas 1 vez por semana, enquanto 6 vão uma vez por mês e 7 vão quando precisam.

Outro ponto que foi abordado na entrevista foi a quantidade de pessoas que conseguem acessar os serviços presentes na região central da cidade. Em um total de 32 pessoas entrevistadas, 19 disseram que sim, conseguem acessar enquanto 9 disseram que talvez e 4 disseram que não.

Quando perguntado sobre o uso do transporte público, 16 disseram utilizar somente ônibus, enquanto 7 disseram utilizar ônibus e van, enquanto os outros 9 disseram utilizar ônibus e outro tipo de transporte como carro particular e táxi.

No que tange à pergunta sobre a infraestrutura da região central, a maioria reclamou das condições das calçadas e da falta de um mobiliário urbano adequado para seu deslocamento.

Quando perguntado sobre sugestões, muitos pontuaram o conserto das calçadas com o seu nivelamento, instalação de sinalização sonora, remoção de obstáculos sobre as calçadas como placas, lixeiras e postes e sensibilização da população pertinente às dificuldades de locomoção das pessoas com deficiência visual, com intuito de facilitar a locomoção.

Assim, considerando a experiência do trabalho de campo na área central, bem como as entrevistas realizadas ao longo da pesquisa no Instituto São José Operário, acreditamos que muitas ações ainda precisam ser feitas para que tenhamos uma cidade capaz de proporcionar um acesso mais democrático ao espaço urbano e especialmente ao centro da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, destaca-se que apesar de já ter ocorrido muitos avanços no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência visual na sociedade e no espaço urbano, acreditamos que muito ainda há de ser feito, pois mesmo hoje com a presença de todo um arcabouço jurídico vigente no país, visando a garantia dos direitos destas pessoas, ainda temos de lidar com a falta de uma infraestrutura urbana capaz de oferecer ao deficiente visual autonomia e segurança em seu deslocamento cotidiano pelo espaço urbano.

Em nosso trabalho de campo no Centro da cidade foi possível constatar diversos problemas estruturais relatados pelos frequentadores do instituto São José Operário, tais como calçadas desniveladas e quebradas, inexistência de sinal sonoro em ruas de grande fluxo de automóveis (figura 17), presença de muitos obstáculos sobre as calçadas (figura 18) e a falta de manutenção do piso tátil (figura 19, na página a seguir) ou a própria falta do piso tátil em alguns pontos estratégicos como o Boulevard Francisco de Paula Carneiro e o terminal de ônibus localizado na Avenida XV de Novembro.

Figura 17 - Inexistência de sinal sonoro e de piso tátil nas vias de grande fluxo



Fonte: Silvana Cristina da Silva, 2017.

Figura 18 - Obstáculos na calçada



Fonte: Silvana Cristina da Silva, 2017.

Figura 19 - Falta de manutenção do piso tátil



Fonte: Silvana Cristina da Silva, 2017.

Foi possível notar que a infraestrutura implantada pelo projeto de requalificação urbana do Centro Histórico trouxe algumas melhorias, como a construção de redes de água e esgotos, alargamento de calçadas, instalação de piso tátil, construção de plataformas para travessia de cadeirante, reformas de praças, fachadas de prédios e lojas, dentre outras.

Contudo, ainda a infraestrutura da área central possui muitas falhas no que se refere à instalação do piso tátil, uma vez que esse muitas das vezes se encontra repleto de barreiras como, postes, placas e lixeiras, fazendo com que a pessoa com deficiência visual corra o risco de se machucar ao esbarrar em tais obstáculos. É notória também a ausência de programas que visem à conscientização da população, uma vez que muitos, por desconhecerem a utilidade do piso tátil, acabam por deixar bicicletas, bancas, dentre outros objetos bem em cima destes. Não bastasse isso, ainda tem pessoas que estacionam seus automóveis sobre as calçadas (figura 20, na página a seguir), uma prática comum no cotidiano da cidade. Mediante a isto, percebe-se que falta ser feita uma fiscalização para certificar se as leis em prol dos deficientes estão sendo cumpridas pela população que trafega pela área central da cidade.

Figura 20 - "Hábito" de estacionar carro sobre a calçada



Fonte: Silvana Cristina da Silva, 2017.

Entende-se que tais atitudes derivam de uma construção social onde a visão sempre se sobrepõe aos outros sentidos do corpo humano, fazendo com que as pessoas tivessem dificuldade de compreender o mundo na perspectiva daquele que não enxerga. Portanto, acreditamos que se não houver um planejamento urbano voltado para o atendimento da população no geral, teremos a construção de espaços urbanos cada vez mais excludentes, onde somente alguns grupos sociais que não possuem nenhum tipo de limitação física ou sensorial terão acesso a ele. Também acreditamos que se os gestores públicos tiverem pouco diálogo com a população e com as empresas responsáveis pela instalação de um mobiliário urbano adequado para acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, buscando debater e estudar a melhor forma de sua implementação, teremos somente o projeto implantado para cumprir a lei e não para atender as reais necessidades a qual ele se destina.

Desta forma, a construção da mobilidade urbana e da acessibilidade da pessoa com deficiência visual é uma construção social, cultural, jurídica e territorial. Políticas públicas de valorização de instituições que preparam as pessoas com deficiência, bem como as que não têm deficiência, são fundamentais. A legislação garante o amparo legal para a cobrança e punição. A dotação de infraestruturas urbanas adequadas para esse grupo exprime a efetivação

das políticas públicas e a garantem os meios de acesso aos lugares no espaço urbano. A acessibilidade ao centro a todos, inclusive às pessoas com deficiência visual, é a garantia de autonomia e de cidadania a esse grupo social. Com isso, é preciso que haja a inserção das pessoas com deficiência na elaboração de projetos e obras públicas da cidade.

Portanto, tornar o espaço urbano acessível passa por uma mudança de cultura. A evolução social sobre o significado e o papel da pessoa com deficiência visual, ou das pessoas com outras necessidades especiais, fez com que elas deixassem de serem escondidas e passassem a circular, daí a importância de dotarmos o espaço urbano com infraestrutura e também de novos comportamentos serem assimilados, nas escolas, nas instituições e no cotidiano do espaço urbano. A mobilidade urbana é uma construção socioespacial cuja base está na construção da acessibilidade para todos e todas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E.; GIACOMINI, Larissa Bressan; BORTOLUZZI, Marluse Guedes. **Mobilidade e Acessibilidade Urbana**. Seminário Nacional de Construções, 2013. Disponível em:

<<https://www.imed.edu.br/Uploads/Mobilidade%20e%20Acessibilidade%20Urbana.pdf>>.

Acesso em: 04 ago. 2018.

ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. **Instituto Benjamin Constant: 160 anos de inclusão**. Revista do Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, ano 20, edição especial, p. 6-10, nov. 2014.

ALVES, Leandro Causin; AMOY, Rodrigo de Almeida; PINTO, Raquel Lemos. **A questão da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e a atuação do Ministério Público Estadual na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ**. Revista da Faculdade de Direito de Campos, ano VIII, n. 10, 2007. Disponível em: <<http://fdc.br/arquivos/mestrado/revistas/revista10/discente/leandrocausin.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece As Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, 20 dez. 1996. v. 12,

Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (2000). Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos Para A Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência Ou Com Mobilidade Reduzida, e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

BRASIL. Constituição (2004a). Norma nº 9.050, de 31 de maio de 2004. **Acessibilidade A Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro, RJ, 31 maio 2004. p. 1-97. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (2004b). Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta As Leis N 10.048, de 8 de Novembro de 2000, Que Dá Prioridade de Atendimento às Pessoas Que Especifica, e 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, Que Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos Para A Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência Ou Com Mobilidade Reduzida, e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, 02 dez. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>>. Acesso em: 30 de junho 2018.

BRASIL. Constituição (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (estatuto da Pessoa Com Deficiência)**. Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2018.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (Município). Constituição (2009). Lei nº 8.120, de 09 de dezembro de 2009. **Dispõe Sobre A Política Municipal de Acessibilidade de Pessoas Com Deficiência e Mobilidade Reduzida no Município de Campos dos Goytacazes e Dá Outras Providências**. Campos dos Goytacazes, RJ, 09 dez. 2009. p. 1-7. Disponível em: <<https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro1263005/lei%20n%208120%20de%202009%20de%20dezembro%20de%202009%20%20duvida.pdf>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

CASTILLO, R. A. **Mobilidade geográfica e acessibilidade: uma proposição teórica.** Revista Geosp – Espaço e Tempo (On - line), v. 21, n. 3, p. 644-649, dez. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/140561>>. doi: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.140561. Acesso em 30 de junho de 2018.

COHEN, Regina. **Cidade, corpo e deficiência: percursos e discursos possíveis na experiência urbana.** Programa de estudos interdisciplinares de comunidades e ecologia social, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CUNHA, Hermeneilce Wasti Aires Pereira. **A pessoa com deficiência no espaço urbano de são Luís: (des)caminhos para formalização da inclusão.** Caminhos de Geografia, v. 11, n. 33, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/16059/9047>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

DAMASCENO, Luiz Rogério da Silva. **Direitos humanos e proteção dos direitos das pessoas com deficiência: evolução dos sistemas global e regional de proteção.** Conteúdo Jurídico, Brasília - DF: 29 out. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.50391&seo=1>>. Acesso em: 22 maio 2018.

DUTRA, Martinha; ROSA, Ênio Rodrigues da. **Pessoas cegas: trabalho, história, educação e organização no Brasil.** Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil. HISTEDBR, Campinas, SP, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/E/Enio%20rodrigues%20da%20rosa.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani. **O direito constitucional da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.** Revista ENA. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33394-42846-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

JUNIOR, Lana. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília. Secretaria de Direitos humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, p. 12, 2010.

JORDÃO SILVA, Diogo. **População em situação de rua e os usos do território: Uma análise das estratégias de sobrevivência na área central de Campos dos Goytacazes**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, UFF, Campos dos Goytacazes. 149f

LOPES, R. M. **Acessibilidade e mobilidade relativa aos deficientes visuais na cidade de Niterói: limites e possibilidades**. 2015. 85 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: < <http://dissertacoes.poli.ufrj.br/dissertacoes/dissertpoli1506.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. **Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos**. Inclusão Social, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029/3365>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

MARICATO, Ermínia. A cidade fora das ideias, as ideias fora da cidade. In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: <<http://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/dadosabertos/bibliografia/A%20cidade%20do%20pensamento%20%C3%BAnico%20-%20Ot%C3%ADlia%20Arantes,%20Carlos%20Vainer,%20Erm%C3%ADnia%20Maricato.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

MARTINHAGO, Ciro (Ed.). **Retinose pigmentar: sintomas, tratamentos e causas**. 2018. Disponível em: <<https://www.minhavidacom.br/saude/temas/retinose-pigmentar>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

MONTEIRO, Janete L. **Os desafios dos cegos nos espaços sociais: um olhar sobre a acessibilidade**. IX seminário de pesquisa em educação da região sul–anped sul. Universidade Federal do Paraná, p. 1-16, 2012. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1081/64>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

NÁVEA, C. J. **Função atual de uma escola de educação especial, na cidade de Campinas face aos preceitos da inclusão escolar**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos. 2007. Disponível em: <<http://www.pedagogia.ufscar.br/documentos/arquivos/trabalhos-de-conclusao-de-curso/tcc-2003/a-atual-funcao-de-uma-escola-de-educacao-especial-na-cidade-de-campinas-diante-dos-processos-de-inclusao>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

PIMENTEL, Paula Cruz. **O centro histórico de Campos dos Goytacazes: A revitalização, o comércio local e a nova funcionalidade do lugar**. Revista Intratextos, v. 7, n. 1, p. 1-24, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/12380/16776>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

PIRES, Rogério Sousa. **Um olhar sobre a história da educação do deficiente visual no município de Piracicaba/SP**. Benjamin Constant. Rio de Janeiro, ano 20, n. 5/v. 2, p. 155-172, dez. 2014. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Fm7xfMiR03AJ:www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2014/edicao-57-volume-2-julho-a-dezembro/Nossos_Meios_RBC_RevJulDez2014_57_v2_Art4.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 04 ago. 2018.

RODRIGUES, Igor Paolo Ribeiro Dias. **Território e poder: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2016. Disponível em: <http://www.ppg.uff.br/wp-content/uploads/2017/04/IGOR_Diss.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, 1998.

APÊNDICE I: Roteiro do questionário aplicado aos alunos com deficiência visual da
Instituição São José Operário



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ESR – INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Roteiro de questionário para pesquisa de trabalho de conclusão de curso

Aluno: Ronaldo Soares Marques

Questionário aplicado

PERFIL:

1. Idade: _____
 2. Sexo: _____
 3. Escolaridade: _____
 4. Profissão: _____
 5. O (A) Sr.(a) nasceu com alguma deficiência visual ou desenvolveu ao longo dos anos?

 6. Qual a idade que começou a ter perda de visão? _____
 7. Tem hoje a perda de visão total ou parcial? _____
 8. Você faz escrita em Braille? _____
 9. Fez cursos ou algum tipo de preparação para poder se locomover com maior
autonomia na cidade? Se sim, quais? _____
-

SOBRE O CENTRO DA CIDADE:

10. Qual a frequência em que o (a) Sr. (a) vai ao centro de Campos dos Goytacazes?

11. Quais serviços e atividades costuma realizar no centro? Quais locais? _____

12. Qual meio de transporte utilizado para ir ao centro? _____

13. Qual a dificuldade que o (a) Sr. (a) encontra ao se locomover pelas ruas da área central da cidade? _____

14. O (a) Sr. (a) possui algum resíduo visual que auxilie no deslocamento? _____

15. O que o (a) Sr. (a) sugere em relação a acessibilidade da área central da cidade?

16. O (a) Sr. (a) consegue acessar todos os serviços oferecidos pela região central da cidade? _____

17. O centro possui algum equipamento que te auxilie na acessibilidade?

() sinal sonoro; () piso tátil; () placas em Braille.

18. O (a) Sr. (a) possui alguma dificuldade para utilizar o transporte público? Se sim, quais? _____

Anotações gerais: _____

APÊNDICE II: Roteiro de entrevista para professora de orientação e mobilidade do Instituto São José Operário.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ESR – INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Entrevista para pesquisa de trabalho de conclusão de curso

Aluno: Ronaldo Marques

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Cristina da Silva

1. O que é orientação e mobilidade?
2. Qual a proposta do curso?
3. Quanto ao perfil dos alunos que iniciam na aula de O.M: () já nasceram com a deficiência visual possuindo baixa visão; () já nasceram com a deficiência visual com cegueira total; () já nasceram com a deficiência visual e perderam a visão por conta da evolução do problema perderam a visão a pouco tempo, por conta de doenças ou outras causas.
4. Quanto a experiência dos alunos em relação a deslocamento pelas ruas: () nunca andou na rua sozinho; () costuma andar sempre acompanhado pouco sozinho; () já anda sozinho.
5. Geralmente, onde são realizadas as aulas de O.M?
6. Há alguma aula em que o aluno aprenda a se deslocar pelo centro da cidade e acessar os principais serviços oferecidos como, banco e comércio em geral?
7. Quais são as dificuldades relatadas pelos alunos ao andarem na rua?

AUTORIZAÇÃO

Eu, Olaine Moreira Torres dos Santos, portador (a) de cédula de identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX autorizei Ronaldo Soares Marques e a equipe do Grupo de Pesquisa Território e Cidades (TeCidades), da Universidade Federal Fluminense, a fotografar e/ou gravar (áudio e/ou vídeo) durante as entrevistas e trabalhos de campos, eu autorizei ainda a veicularem o meu nome, minha imagem e voz no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "A acessibilidade de pessoas com deficiência visual no espaço urbano em Campos dos Goytacazes - RJ", em suas diversas modalidades, e em produtos acadêmicos por ele gerados, para fins educacionais, de pesquisa, de extensão e divulgação de conhecimento científico sem quaisquer ônus e restrições.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Campos dos Goytacazes, 20 de junho de 2018.

Olaine Moreira Torres dos Santos
Assinatura

AUTORIZAÇÃO

Eu, Maria Tereza dos Santos Romalho, portador (a) de cédula de identidade n° [REDACTED], autorizei Ronaldo Soares Marques e a equipe do Grupo de Pesquisa Território e Cidades (TeCidades); da Universidade Federal Fluminense; a fotografar e/ou gravar (áudio e/ou vídeo) durante as entrevistas e trabalhos de campos, eu autorizei ainda a veicularem o meu nome, minha imagem e voz no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "A acessibilidade de pessoas com deficiência visual no espaço urbano em Campos dos Goytacazes - RJ", em suas diversas modalidades, e em produtos acadêmicos por ele gerados, para fins educacionais, de pesquisa, de extensão e divulgação de conhecimento científico sem quaisquer ônus e restrições.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Campos dos Goytacazes, 20 de junho de 2018.

Maria Tereza dos Santos Romalho

Assinatura

RG: 05899080-5

AUTORIZAÇÃO

Eu, Lázaro Gomes Neves Silva, portador (a) de cédula de identidade nº _____, **autorizei** Ronaldo Soares Marques e a equipe do Grupo de Pesquisa Território e Cidades (TeCidades), da Universidade Federal Fluminense, a fotografar e/ou gravar (áudio e/ou vídeo) durante as entrevistas e trabalhos de campos, eu autorizei ainda a veicularem o meu nome, minha imagem e voz no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A acessibilidade de pessoas com deficiência visual no espaço urbano em Campos dos Goytacazes – RJ”, em suas diversas modalidades, e em produtos acadêmicos por ele gerados, para fins educacionais, de pesquisa, de extensão e divulgação de conhecimento científico sem quaisquer ônus e restrições.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Campos dos Goytacazes, 20 de junho de 2018.



Assinatura

